

HABEAS CORPUS Nº 514.895 - SP (2019/0166468-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL SILVA DOS REIS
PACIENTE : ANDERSON BUENO MATHIAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GABRIEL SILVA DOS REIS e ANDERSON BUENO MATHIAS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0001289-70.2017.8.26.0616.

Depreende-se dos autos que os pacientes foram, em primeiro grau de jurisdição, condenados à pena de 11 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, por três vezes, em concurso formal, e no art. 157, § 2º, inciso II, do mesmo diploma legal, na forma do art. 69 também do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu parcial provimento para redimensionar a reprimenda para 7 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 26):

APELAÇÃO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. Artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal, por três vezes em concurso formal delitivo; e artigo 157, §2º, inciso II, do mesmo diploma legal, enlaçados em concurso material. Sentença condenatória. Materialidade e autorias comprovadas pelo conjunto probatório que inviabiliza o reconhecimento da tese de absolvição por insuficiência de provas. Declarações das vítimas. Em ilícitos patrimoniais, a palavra da vítima é de suma valia. Testemunhos de servidores da Guarda Municipal. Inquestionável eficácia probatória especialmente quando prestado em juízo, sob a garantia do contraditório. Condenações mantidas. Dosimetria penal que comporta alteração. Havendo concorrência entre o concurso formal e a continuidade delitiva, apenas este deverá ser aplicado, em atenção à vedação contida no parágrafo único do artigo 70 do Código Penal e a fim de se evitar bis in idem, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Regimes iniciais abrandados para o semiaberto. Sentença reformada em parte. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Daí o presente *writ*, no qual a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na condição de impetrante, aduz que o *quantum* utilizado para aumento da reprimenda em decorrência do reconhecimento da continuidade delitiva exacerba aquele já sedimentado na jurisprudência deste Tribunal Superior.

Aduz que (e-STJ fl. 3):

Na terceira fase da dosimetria da pena, foi reconhecida a continuidade delitiva, sendo que a pena foi majorada em 1/3.

Dessa forma, vê-se que a exasperação da pena é ilegal, porquanto é pacífico na doutrina e na jurisprudência pátria que o critério utilizado para a fixação do quantum referente à continuidade delitiva consiste na quantidade de delitos praticados.

Entretanto, em total desproporcionalidade, aplicou-se a continuidade delitiva em patamar superior àquele estabelecido pela Jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, embora reconhecesse que foram perpetrados apenas 04 crimes, contra as vítimas.

Requer, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da reprimenda para que o *quantum* de aumento não exceda 1/5.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

